



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

PARECER COM RESSALVA Nº 3564/2023

REFERÊNCIA: INDICAÇÃO LEGISLATIVA - PROCESSO N. 1931/2023

RELATOR: DOMINGOS PROTETOR

Ementa: Indica ao executivo municipal o envio de projeto de lei a esta casa legislativa que disponha sobre a celebração de convênio entre a Prefeitura Municipal e a OSCIP PLANETAPONTOCOM para instituir no município de Petrópolis o programa "Cidade, Salvem seus Rios".

**I - RELATÓRIO:**

Trata-se de Indicação Legislativa (Processo n.º 1931/2023), apresentada pelo nobre Vereador Júnior Paixão, que "indica ao executivo municipal o envio de Projeto de Lei a esta Casa Legislativa que disponha sobre a celebração de convênio entre a Prefeitura Municipal e a OSCIP planetapontocom para instituir no município de Petrópolis o programa "Cidade Salvem seus Rios".

A referida Indicação Legislativa foi devidamente encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação para a verificação de sua constitucionalidade e legalidade, tendo sido definido como Relator o Vereador Domingos Protetor.

É o relatório. Passa-se a opinar.

**II – FUNDAMENTAÇÃO:**

A presente Indicação Legislativa tem por objetivo sinalizar ao executivo municipal o envio de Projeto de Lei a esta Casa Legislativa que disponha sobre a celebração de convênio entre a Prefeitura Municipal e a OSCIP planetapontocom para instituir no município de Petrópolis o programa "Cidade Salvem seus Rios".

O Autor da Indicação Legislativa justifica que:

*"A OSCIP PLANETAPONTOCOM, através do programa "Cidades, Salvem seus Rios" vem pesquisando um dos maiores desafios da educação na contemporaneidade: capturar a atenção de crianças e jovens para a aventura do conhecimento. É um programa que na sua transversalidade versa sobre seis dos dezessete ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – da ONU. O planetapontocom é uma OSCIP cuja missão é desenvolver soluções inovadoras para a educação e o seu Programa "Cidade, Salvem seus Rios" está sendo realizado nos municípios do Rio de Janeiro – RJ e Itabira – MG e seria muito importante para a cidade, para as escolas e para as crianças poderem participar da construção desta iniciativa."*

De início, cumpre observar que não foi verificada nenhuma Indicação Legislativa com o mesmo objeto que já tenha sido aprovada ou que esteja em trâmite nesta Casa Legislativa. Assim, numa interpretação a *contrario sensu* do Regimento Interno desta Câmara de Vereadores (Res. n.º125, de 14/12/2012), deverá esta Indicação Legislativa seguir seu trâmite normalmente. Neste sentido, é o seu art. 73, § 6.º, inciso X:

*"Art. 73 (...)*

*§ 6.º O Presidente deverá recusar proposições:*

(...)

*X – quando, em se tratando de indicação, já tenha sido aprovada ou esteja tramitando outra com o mesmo objetivo, na mesma legislatura.”*

Ademais, a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município de Petrópolis/RJ (Lei n.º 025, de 10/10/2012) trazem em seu bojo a competência do Município para legislar sobre interesse local e complementar a legislação federal e estadual no que couber. Assim, prescrevem o art. 30 *caput*, incisos I e II e art. 16 *caput*, § 3.º, respectivamente:

*“Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II - complementar a legislação federal e a estadual no que couber;*  
*(...)”*

*“Art. 16. Compete ao Município, na promoção de tudo quanto respeite ao interesse local e ao bem-estar de sua população:*

*(...)”*

*§3º As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma da lei, desde que atendam ao peculiar interesse do Município e ao bem-estar de sua população e não conflitem com a competência federal e estadual.*  
*(...)”*

Portanto, o objeto da proposição em análise encontra-se no âmbito da competência do Município de Petrópolis.

Também importa mencionar que, perfeitamente acertado que a presente proposição legislativa se dê sob forma de Indicação Legislativa, visto que nos termos do art. 82, *caput*, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis (Resolução n.º 125, de 14/12/2012) esta é a medida adequada, em âmbito legislativo, quando se deseja solicitar ao Poder Executivo que implemente ações que dependam de legislação cuja iniciativa seja de sua competência privativa. Veja-se o que diz o mencionado artigo:

*“Art. 82. Indicação é a proposição, sujeita à votação única, em que, com fundamentação, são solicitadas medidas de interesse público, cuja iniciativa legislativa ou execução administrativa seja de competência privada do Poder Executivo ou da Mesa da Câmara.*

*§1.º As indicações podem ser:*

*(...)”*

*II – legislativas, quando se destinam a obter do Poder Executivo ou da Mesa da Câmara o envio de mensagem ou Projeto ao Legislativo por força de competência constitucional ou legal do Prefeito municipal ou da Mesa da Câmara.(...)”* (grifei)

Não se deixe de notar, no entanto, que a contratação supramencionada deve dar-se nos termos da Constituição Federal (Art.37, XXI) e da Lei Federal n.º 14.133/2021 (Arts. 74 e 75), melhor dizendo, caso seja hipótese de inexigibilidade ou dispensa de licitação.

Desta forma, estando à proposição legislativa em tela, do nobre Vereador Júnior Paixão, em conformidade com a Constituição Federal, com a Lei Orgânica do Município de Petrópolis e, diante da importância da matéria proposta e todos os benefícios que a mesma trará para esta cidade, **opina-se favoravelmente, com ressalva, à tramitação da Indicação Legislativa de nº 1931/2023.**

### III – CONCLUSÃO:

Diante do exposto, nos termos do art. 35, I, a, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis, manifesta-se, **FAVORAVELMENTE, COM RESSALVA**, à tramitação **da Indicação Legislativa nº 1931/2023.**

Página: 1


Sala das Comissões em 24 de Abril de 2023



FRED PROCÓPIO  
Presidente



GIL MAGNO  
Vogal



DR. MAURO PERALTA  
Vogal



DOMINGOS PROTETOR  
Vogal